

RELATÓRIO
2013 - 2016

Você conhece alguma
criança fora da escola?

PROJETO ALUNO PRESENTE

Educação é um direito.
De todas e todos.

CIDADE ESCOLA
APRENDIZ



O PROJETO ALUNO PRESENTE

O Aluno Presente é uma realização da Cidade Escola Aprendiz, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e a Fundação Education Above All (Qatar), através do programa global Educate a Child, presente em 40 países e tem como missão contribuir para que todas as crianças e adolescentes da cidade do Rio de Janeiro tenham o seu direito à educação básica garantido.

Como resultado do projeto, depois de três anos de trabalho, 22.131 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão, entre 6 e 14 anos, residentes das áreas mais vulneráveis da cidade, foram identificados e reinseridos em escolas públicas do Rio de Janeiro.

O PROBLEMA DAS CRIANÇAS FORA DA ESCOLA

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), existem 24.455 crianças e adolescentes, entre 6 e 14 anos, fora da escola no município do Rio de Janeiro. Esse montante representa 3,11% das crianças e adolescentes nessa faixa etária. Considera-se “criança fora da escola” àquelas que não possuem vínculo com unidade de ensino no ato da identificação, ou que possuem vínculo, porém em risco de evasão escolar.

A meta do projeto Aluno Presente era identificar e incluir na escola 21.000 dessas crianças e adolescentes em três anos (de 2013 a 2016).



23.753
localizadas

22.131
inseridas

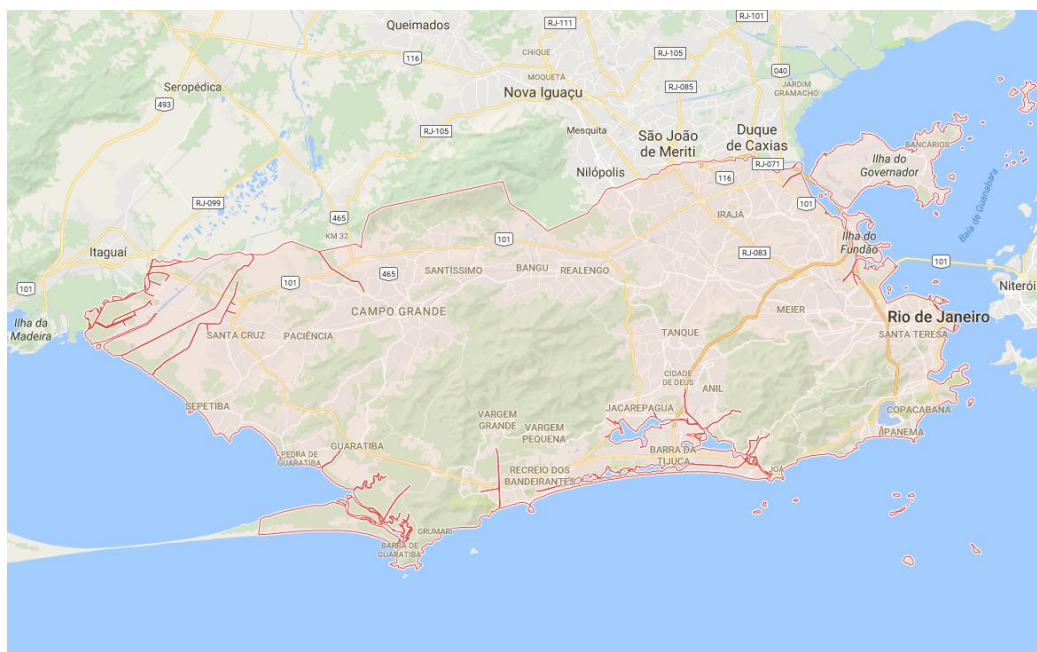
Entre janeiro de 2014 e dezembro de 2016, o projeto Aluno Presente identificou 23.753 crianças e adolescentes e reinseriu 22.131 delas em unidades escolares, alcançando a meta estabelecida de alcançar 90% das crianças e adolescentes nesta situação na cidade do Rio de Janeiro.

DESAFIOS INICIAIS

Quando de sua estruturação, o projeto Aluno Presente identificou desafios que merecem destaque dado a sua relação com o contexto deste fenômeno:

- **Complexidade da cidade do Rio de Janeiro**

- 161 Bairros
- área de 1.200,179 km²
- População: 6.498.837 pessoas
- 2ª maior metrópole do Brasil
- 45ª cidade no IDH Municipal
- 2ª maior PIB do Brasil



- Ineditismo da proposta: tecnologia social a ser criada, testada e já escalada em toda a cidade do Rio de Janeiro em três anos.

O Projeto Aluno Presente

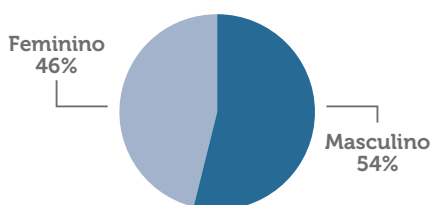
- Baixa demanda social pela causa.
- Situação de alta vulnerabilidade das famílias-alvo do projeto.
- Dado apenas amostral de crianças e adolescentes fora da escola: o dado disponível não apresentava a localização das crianças, de forma que se fez necessário a pesquisa com indicadores de territórios em diversas bases de dados.

Inconsistência dos dados oficiais, como:

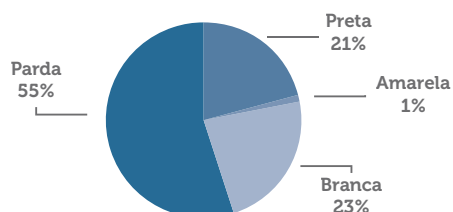
- Dados cadastrais e de contato incompletos, inexistentes ou desatualizados: criança sem endereço residencial correto ou sem nenhum endereço; criança com data de nascimento errada; criança sem contato telefônico ou número desatualizado.
- Informação da lista diferente da realidade: consta na lista abandono, mas criança já está estudando; consta na lista abandono, mas criança foi transferida para outra escola ou rede; mesma criança com mais de uma matrícula na rede; consta na lista baixa frequência, mas criança já abandonou e não tem vínculo escolar; consta na lista baixa frequência, mas criança já regularizou a situação escolar.
- Desarticulação das bases de dados da prefeitura (saúde, assistência e educação), principalmente porque cada secretaria tem um sistema informatizado próprio para gerir seus dados.

PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA

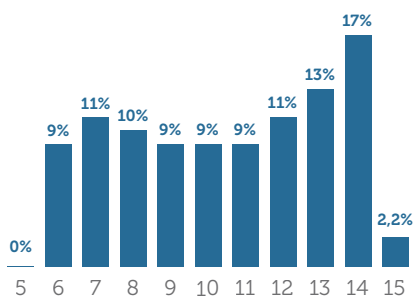
Sexo das crianças identificadas



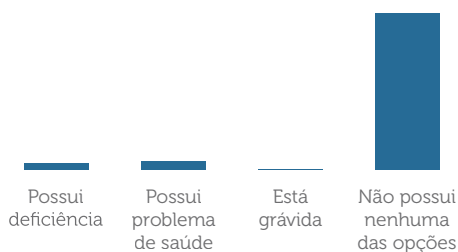
Raça / Cor



Idade das crianças identificadas



Criança possui alguma questão relacionada à saúde?

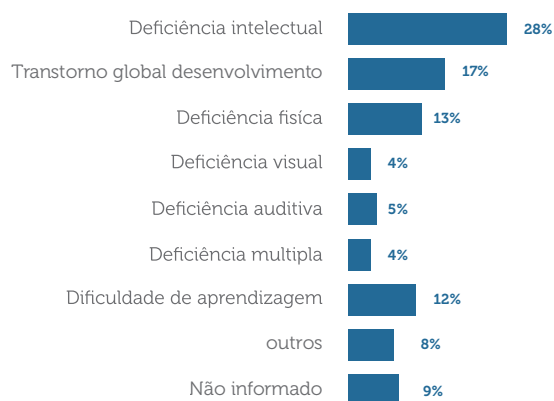


* Declarada pelo respondente

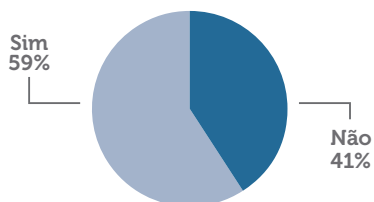
Fonte: dados internos Aluno Presente

Perfil das Crianças e Adolescentes Fora da Escola

Questão relacionada à saúde - Tipo de Deficiência



Criança possui vínculo à alguma unidade de ensino?

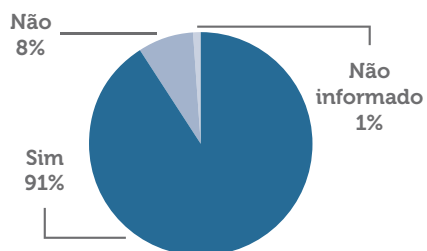


No momento de identificação da criança pela equipe de campo do projeto Aluno Presente, 41% das crianças estavam fora da escola, sem nenhum vínculo formal a qualquer unidade de ensino.

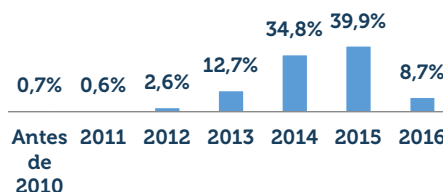
Os outros 59% estavam vinculadas formalmente a alguma unidade de ensino, porém, em risco de evasão. Ou seja, estavam infrequentes ou com alguma questão específica que poderia ocasionar o abandono escolar.

Perfil das Crianças e Adolescentes Fora da Escola

Se não possui vínculo, já teve/já estudou?



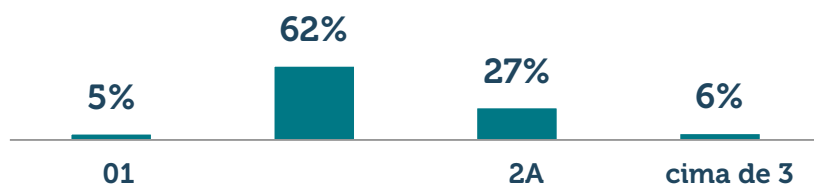
E quando parou de estudar?



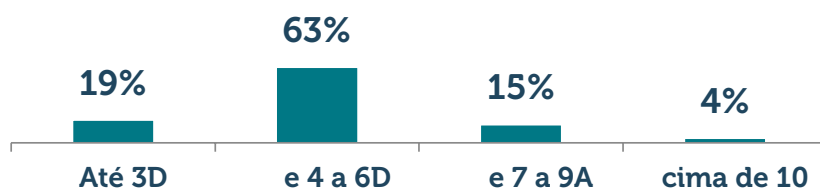
Dos 41% das crianças que estavam fora da escola no momento de identificação, 91% já tinham estudado em momento anterior. Dessas, 39,9% tinham estudado no ano de 2015.

MOTIVO PRINCIPAL DECLARADO PARA A CRIANÇA ESTAR FORA DA ESCOLA	%
Mudança de domicílio, viagem ou deslocamentos frequentes	16,4
Aspectos relacionados a questões familiares ou de vulnerabilidade social	15,1
Fatos que dificultam o deslocamento / acesso à escola	14,3
Desinteresse ou desistência da criança pela escolarização	12,9
Criança com demanda de saúde ou necessidades educacionais especiais	11,1
Criança com conflito interpessoal ou dificuldade de adaptação no ambiente escolar	7,2
Insuficiências relacionadas a prestação do serviço educacional	6,2
Outros	9,9
Motivo desconhecido / não informado	6,9
TOTAL	100

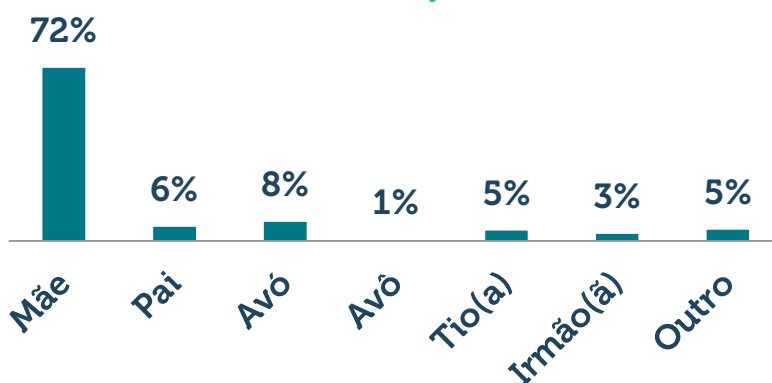
Número de moradores com renda na residência da criança



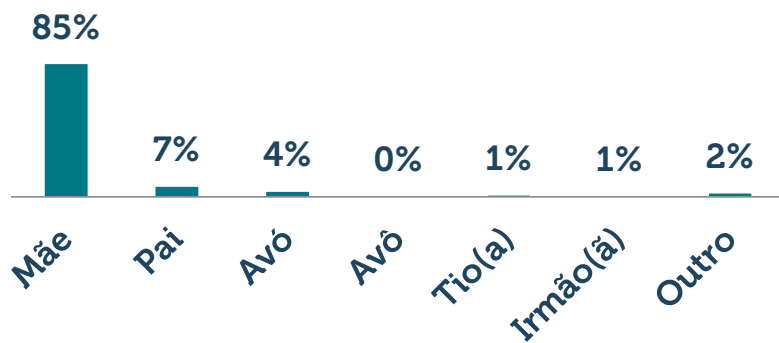
Número de moradores na residência da criança



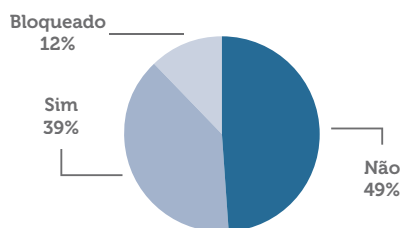
Relação do respondente com a criança



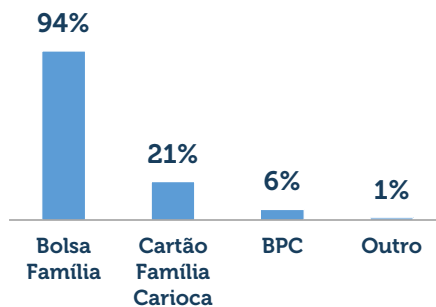
Relação do responsável com a criança



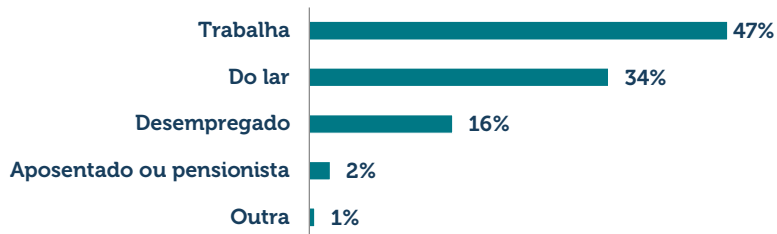
Algum morador inscrito em programa social



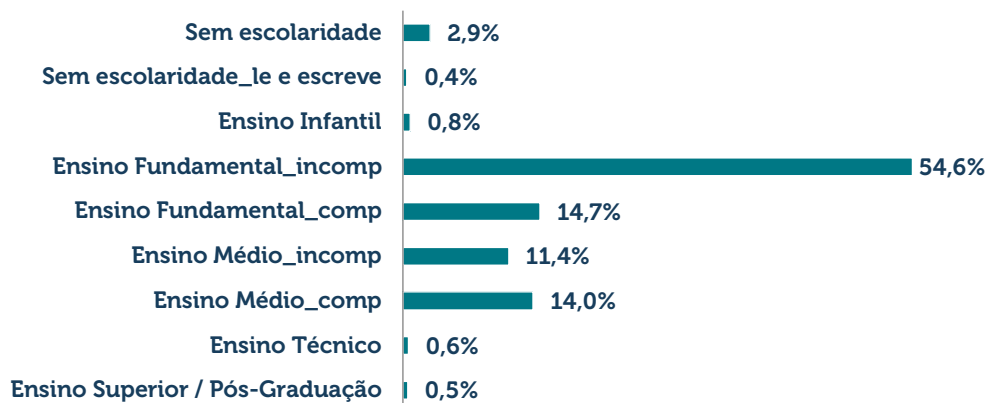
Tipo de programa social



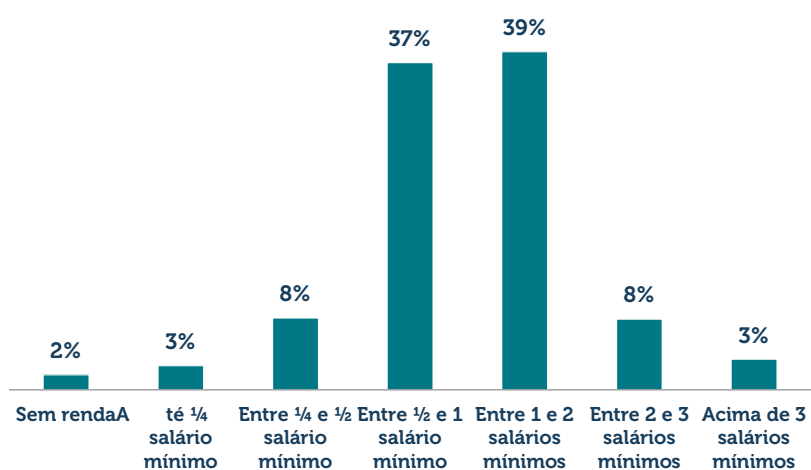
Ocupação do responsável pela criança



Escolaridade do responsável pela criança



Renda média familiar mensal declarada



ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CAUSA COMUM NA CIDADE

 Diagnóstico	 Monitoramento e Avaliação
 Busca ativa e acompanhamento das famílias	 Comunicação comunitária e institucional
 Gestão Intersetorial	 Geral Presente na Escola
 Formação em políticas públicas e intersetorialidade	 Projeto piloto de Política Intersetorial - Acari

DIAGNÓSTICO

No início do projeto foi realizado um amplo diagnóstico em parceria com o Observatório de Favelas, com foco na definição do perfil das crianças e adolescentes fora da escola na cidade do Rio de Janeiro.



Os diagnósticos estão disponíveis em:
www.alunopresente.org.br/publicacoes/

GESTÃO INTERSTORIAL

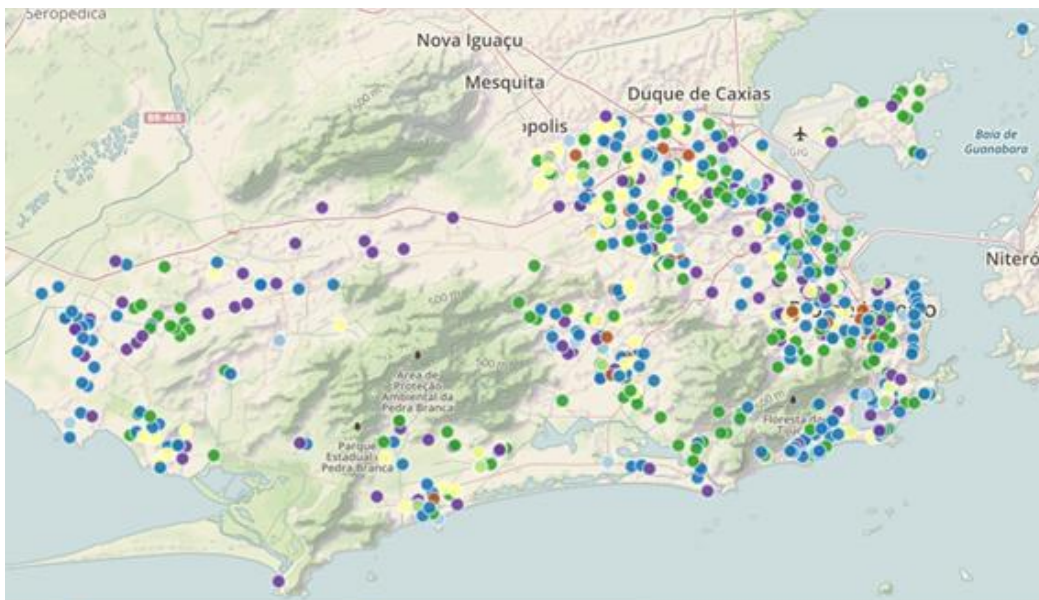
Para alcançar seus objetivos, o projeto articulou uma grande rede na cidade formada, entre outros, por sete Secretarias Municipais (Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Casa Civil, Esporte e Lazer, Cultura e Habitação), o Programa Saúde na Escola (programa federal), Conselhos Tutelares, o Instituto Pereira Passos (IPP-Rio) e organizações da sociedade civil.

Nos territórios, o projeto atuou em colaboração direta com:

- Secretaria Municipal de Educação: 11 Coordenadorias Regionais de Educação, correspondendo à 1003 escolas de Ensino Fundamental (99% da rede coberta), além de gestores, docentes e funcionários.
- Secretaria Municipal de Saúde: 10 Coordenadorias de Área Programática (CAP), 200 unidades de saúde entre Centros Municipais de Saúde (CMS) e Clínicas da Família (CF), e 6 mil agentes comunitários de saúde, gerentes e técnicos.

Estratégias e Resultados

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: 10 Centros de Desenvolvimento Social (CDS), 47 Centro de Referência de Assistência Social, 18 Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), e gerentes, técnicos e assistentes sociais.



- Organização da sociedade civil (OSCIPI / NGO / Centro Comunitário / Associação sem fins lucrativos) (296)
- Associação de Moradores (244)
- Órgão Público ou Governamental (234)
- Instituição Religiosa (88)
- Entidade Privada (Empresa/Instituto) (39)
- Outra (37)
- Liderança Comunitária (16)

Georeferencing of 954 institutions

Estratégias e Resultados

O projeto também mapeou e cadastrou 1540 organizações sociais na cidade, das quais 669 estabeleceram parceria direta. 25% das instituições são equipamentos públicos, 27% organizações sociais, 27% associação de moradores e 10% instituições religiosas.



Responsáveis por 31% da identificação de crianças fora da escola, sendo 91% das indicações oriundas de equipamentos públicos presentes nos territórios.

BUSCA ATIVA

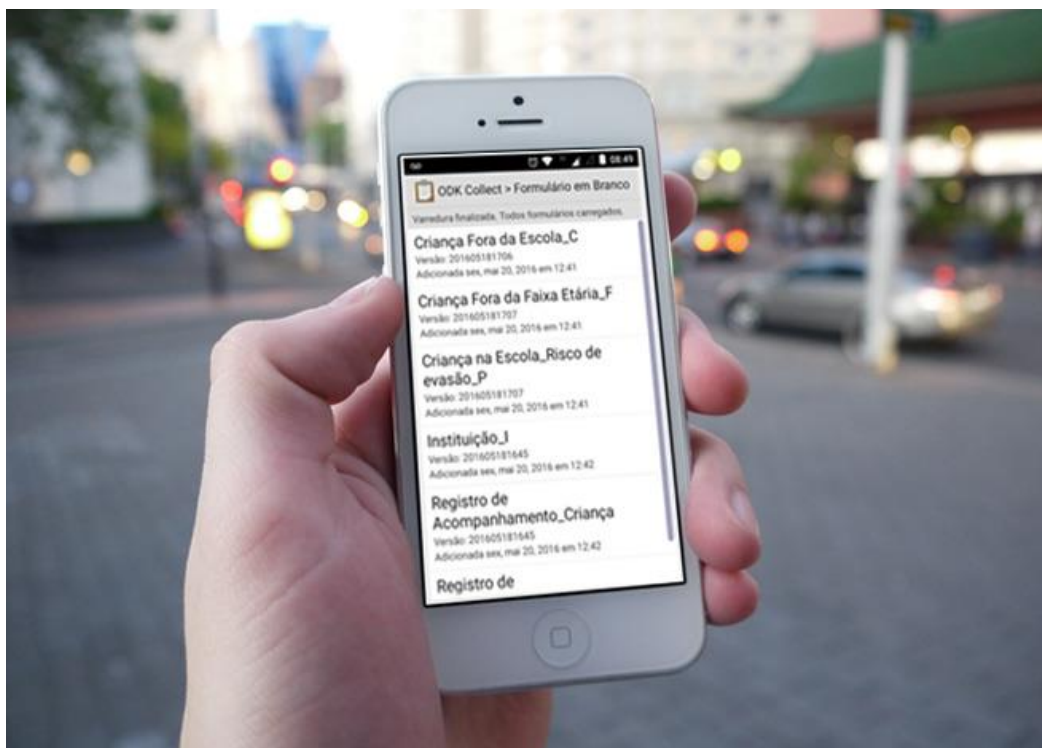
De 2013 a 2016, o projeto identificou 23.753 crianças e adolescentes, e realizou 84.310 acompanhamentos, sendo 72.080 deles com contatos efetivados, ou seja, foram 85% de tentativas bem sucedidas de contato com familiares ou instituições parceiras sobre algum caso específico.

	Absoluto	%
Crianças inseridas em 2014 e 2015	11.008	-
Inseridas ao longo do ano letivo	10.351	100%
Permaneceram na escola em 2016	8.907	86,0%
Promovidas (passaram de ano escolar)	5.696	55,0%
Repetentes (repetiram de ano escolar)	2.969	28,7%
Reinseridas*	242	2,3%
Concluíram o Ensino Fundamental	99	1,0%
Abandonaram	878	8,5%
Mudaram de município / Falecimento	132	1,3%
Migraram para outra rede (particular/ estadual/ federal)	156	1,5%
Contato perdido / Sem informação	179	1,7%
Inseridas no período Matrícula Digital	657	-

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para acompanhamento, monitoramento e avaliação do projeto, o Aprendiz desenvolveu uma plataforma que pode ser acessada através de um login e acesso à internet e tem como principais funcionalidades

- Revisão das informações coletadas em campo.
- Identificação de registros duplicados de crianças.
- Verificação do atendimento da faixa etária das crianças identificadas segundo os critérios definidos.



Estratégias e Resultados

- Consulta às informações cadastrais e de acompanhamento do público atendido.
- Georreferenciamento do local de moradia das crianças.
- Monitoramento das metas individuais e das equipes de campo.
- Extração de resultados gerais e por área.
- Extração de relatórios com informações do público atendido.
- Registro de ações complementares além da inserção das crianças na rede escolar.
- Atualização do cadastro das crianças nos casos de mudança de endereço e formas de contato.
- Construção do perfil das crianças identificadas com informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e de configuração familiar.



COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E INSTITUCIONAL

- Comunicação pelo site e redes sociais
- **Parcerias:**
 - Rio ônibus, Metrô Rio e SuperVia, com alcance de 8 milhões de pessoas
 - 4 rádios comunitárias
 - 3 jornais comunitários com tiragem total de mais de 100 mil leitores
 - Restaurantes Cidadãos, com a distribuição de 2 mil folhetos
 - Madureira Futebol Clube e Associação das Escolas de Samba Mirins;
- 4800 mensagens recebidas por telefone, whatsapp e facebook;
- mais de 20 mil cartazes distribuídos nas Unidades de Saúde e Clínicas da Família
- 10 mil cartilhas distribuídas para famílias nos territórios
- 200 mil folders de divulgação da Matrícula Digital
- 35 reportagens e notas em sites, jornais, TV e rádio: alcance de 14 milhões de leitores.

GERAL PRESENTE NA ESCOLA: PROTAGONISMO ESTUDANTIL

20 escolas envolvidas	106 estudantes diretamente envolvidos	10.000 pessoas envolvidas na comunidade escolar
------------------------------------	---	---

Critério de seleção:

1. Parceria com o trabalho da Plataforma de Centros Urbanos do UNICEF para fortalecimento do protagonismo juvenil
2. Escolas com maiores taxas de evasão localizadas e/ou que atendiam crianças moradoras destes bairros.

Resultado:

- redução da evasão em 70% das escola
- 10% de redução em um ano (dados produzidos pelos próprios grêmios em suas escolas)

FORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSETORIALIDADE

O Programa de Formação em Políticas Públicas e Intersetorialidade para Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes foi realizado em parceria com o Fundo Newton e com o British Council, com objetivo de capacitar agentes públicos e sociais para gestão de informação em territórios vulneráveis e compreensão do fenômeno da evasão escolar e da criança fora da escola na cidade do Rio de Janeiro, como também produzir um protocolo de ação intersetorial em torno de casos de crianças fora da escola.

Participaram da formação 67 profissionais de educação, saúde, desenvolvimento social, conselheiros tutelares e sociedade civil.

Instituições de origem:

- Educação: SME; 2ªCRE; 3ªCRE; 4ªCRE; 6ªCRE; 8ª CRE; 10ª CRE; 11ª CRE,
- Saúde: SMS; CAP 1.0; CAP 2.1; CAP 3.2; CAP 3.3; CAP 4; CAP 5.1; CAP 5.2; CAP 5.3
- Desenvolvimento Social: SMDS; 2ªCDS; 4ªCDS; 7ª CDS; 10ª CDS
- Conselhos Tutelares: CT 2; CT Complexo do Alemão; CT 7; CT 14; Conselho Tutelar de Jacarepaguá;
- Sociedade civil: CONSEG; Associação Amor e Vida; Centro de Convivência Mais que Vencedores; Projeto Gerando Futuro; Associação Beneficente São Martinho; Associação de Moradores da Lagartixa; Movimento de Mulheres de Apoio Humanitário; Redes de Desenvolvimento da Maré; Programa Caminho Melhor Jovem; CRAS Rubens Correa; Equipe Aluno Presente.

Metodologia:

- 7 encontros presenciais mensais

Eixos temáticos:

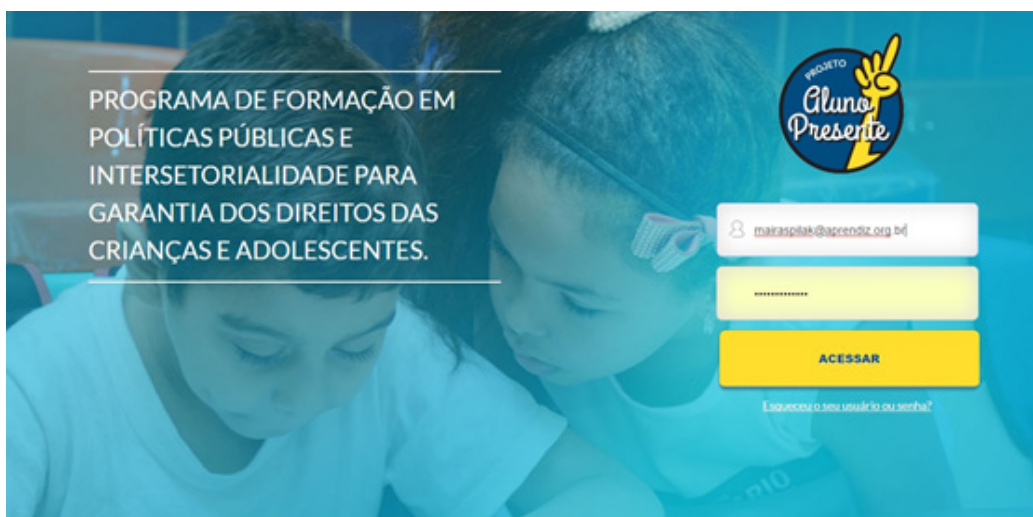
1. Gestão de Conhecimento para Territorialização das políticas públicas;
2. A Criança Fora da Escola como fenômeno de vulnerabilidade social;
3. Intersetorialidade para eficácia de políticas sociais.

- **Plataforma EAD** - www.alunopresente.org.br/ead

- **Projetos finais:**

1. Projetos de intervenção territorial nas micro-regiões da cidade para encaminhamento de casos de crianças fora da escola;
2. Protocolo de ação conjunta – fluxo de atendimento e rede protetiva.

EAD



ACHADOS DO PROJETO

Algumas evidências identificadas ao longo do projeto são fundamentais para a análise do complexo e multifacetado fenômeno das crianças e adolescentes fora da escola. Organizamos estes pontos em três categorias: Políticas Públicas, Território e Escola.

POLÍTICAS PÚBLICAS

- No que diz respeito à formulação e implementação de políticas públicas, constatou-se:
- Para além da iniciativa do próprio projeto, inexistência de uma política estruturada de combate ao fenômeno das crianças e adolescentes fora da escola.
- Falta de clareza dos gestores públicos das diferentes áreas em relação aos dados gerais da cidade e aos dados dos territórios e regiões nos quais atuam.
- Desconhecimento dos profissionais da administração pública acerca da atuação das outras secretarias (programas, estrutura, formas de atuação, organização no território), o que revela uma grave deficiência na articulação e atuação intersetorial.
- Falta de planejamento e avaliação na gestão pública: dados produzidos não são sistematizados, apropriados e não fundamentam o processo de tomada de decisão pelos gestores e agentes que atuam em campo.
- Baixa penetração dos agentes públicos e das políticas sociais em territórios de alta vulnerabilidade. Por exemplo, das crianças identificadas pelo projeto, 76% das famílias afirma ter renda média entre ½ e 2 salários mínimos. 62% das famílias possui apenas 1 morador com renda e 5% das famílias declara não ter nenhum morador com renda. Entretanto, apenas 39% dos responsáveis entrevistados afirmou receber algum tipo de benefício social, dentre os quais 94% recebe o Bolsa Família e 21% o Cartão Família Carioca; 12% afirmou ter o

benefício bloqueado, possivelmente pelo fato da criança estar fora da escola, e 49% não recebe nenhum tipo de benefício. Não receber o benefício, além de indicar uma situação econômica de extrema precariedade, indica também que estas famílias não estão cadastradas em nenhuma política de proteção social, apesar de terem perfil para isso.

TERRITÓRIOS

Em relação às questões e dinâmicas sociais influenciadas pelos territórios e suas especificidades, destacam-se:

- Baixa mobilização e articulação do tecido social.
- Precariedade nas condições materiais da vida das famílias e baixa autonomia para acessar as políticas públicas (falta de informação e desconhecimento de seus direitos e como acessar as políticas existentes).
- Direito à segurança pública não garantido, que implica na limitação na capacidade de circulação pelo território devido a uma lógica de fronteiras. Por conta desse fator, existem menos profissionais interessados em trabalhar nas regiões com mais conflitos, e os serviços são restritos (fecham, não abrem, faltam profissionais, etc). O mesmo se aplica à lógica de funcionamento das escolas, que incorpora e convive com a dinâmica do ordenamento dos grupos criminosos de controle territorial.
- A representação social da violência paralisa e naturaliza a violência, e implica também na representação social estereotipada sobre crianças e famílias por sua proximidade da lógica do crime local.
- A experiência do medo e a ameaça nos cotidianos afeta o desenvolvimento integral das crianças.

PERFIL DOS TERRITÓRIOS MAIS DESAFIADORES



Centro – Zona Sul – 1ª, 2ª e 11ª CREs

- Rocinha – áreas de extrema vulnerabilidade, insalubres, onde o número de escolas não atende às crianças e adolescentes existentes na área.
- IBGE – área localizada na entrada da Mangueira, onde residem cerca de 200 famílias em condições sub-humanas, sem acesso a vários direitos básicos.
- Ocupações Centro do Rio – condições de moradia insalubre, com risco constante, extrema pobreza.
- Ilha – Galeão presença de outra facção e número insuficiente de escolas.

Zona Norte I – 3ª e 4ª CREs:

- Complexo de favelas da Maré (150 mil habitantes), Complexo do Alemão (80 mil habitantes), Jacarezinho, Manguinhos: conflitos armados intensos e cotidianos impedem o acesso e a permanência das crianças na escola, escolas

Achados do Projeto

nas proximidades das fronteiras entre as fações do tráfico, situações de extrema pobreza, vagas disponibilizadas em escolas de fações rivais, impossibilidade de circulação no território; condições de moradia insalubres, crianças com deficiência sem atendimento especializado, crianças e adolescentes envolvidos em atividades ilícitas, familiares usuários de drogas;

Zona Norte II – 5ª e 6ª CREs

- Poucas instituições com projetos para inserção de adolescentes/jovens.
- Algumas comunidades ainda com pouca circulação da equipe por impedimento do tráfico. (Serrinha)
- Pouca circulação de moradores nas ruas, o que dificulta a busca ativa.
- Falta de oferta de vaga na rede pública de ensino próximo ao endereço de moradia da criança/adolescente. (Ex: Madureira, Vaz Lobo, etc.)
- Território extenso e composto por complexos de favelas: Chapadão, Complexo da Pedreira, Lagartixa, Acari, Costa Barros, Barros Filho;
- Áreas de vulnerabilidade social, conflitos armados (fações, milícia e polícia)
- Escolas situadas em territórios de fações diferentes.
- Grande número de adolescentes que receberam carta de transferência, após terem descumprido as regras do regimento interno das unidades escolares.
- Alto índice de moradores sem documentação pessoal.
- Falta de oferta de vaga próximo ao endereço de moradia da criança/adolescente.

Zona Oeste II – 8ª e 9ª CREs

- Ocupação Jambalaia (Campo Grande): prédios em situação de risco de desabamento, condições insalubres e doenças, subordinação ao controle e extorsão da milícia, pouco acesso a atendimento a políticas sociais, falta de

Achados do Projeto

documentação, demandas de saúde;

- Vila Kennedy e Vila Aliança: região com intenso conflito armado ente fações rivais do tráfico de drogas, dificuldade de circulação nos territórios, pouca oferta de serviços públicos;
- Regiões rurais: distância dos equipamentos públicos e dificuldade no deslocamento até a escola, pobreza extrema;

Equipe Zona Oeste I – 7ª e 10ª CREs

- Rio das Pedras: oferta de vagas insuficiente à demanda, famílias oriundas do NE temem matricular seus filhos em outras localidades desconhecidas e/ou perigosas, dificuldade de deslocamento para outras localidades;
- Áreas rurais: inexistência de serviços públicos e instituições próximas às residências, necessidade de percorrer distâncias enormes para acessar transporte, condições insatisfatórias de infraestrutura urbana, vagas disponibilizadas em escolas muito distantes, condições de pobreza extrema e falta de informações úteis.

ESCOLA

- No que diz respeito às escolas e as relações da comunidade escolar, constatou-se:
- Relações de baixa confiança na comunidade escolar, tanto entre professores e alunos, entre os próprios alunos, entre famílias e gestores.
- Gestores e educadores influenciados por estereótipos ligados a violência, com consequentes definição de baixa expectativas em relação a capacidade de aprendizagem das crianças e adolescentes.
- Pouco conhecimento em relação ao território.
- Baixa territorialização da política educacional.
- Baixa autonomia e participação dos estudantes, causado pelo esvaziamento dos espaços de participação e representação estudantil.

Disseminação

- Exclusão intencional do “aluno problema” por meio de exigências oficiosas (documentação, prova de nivelamento, prazos), de forma que as burocracias se tornam mais importantes que a garantia imediata do direito à educação, ou consequência sistêmica, pela disponibilidade de vagas variável conforme a oferta e demanda por escolas em melhores territórios, com melhores qualidade e estrutura de atendimento.
- Baixa capacidade de parte das escolas em lidar com as especificidades do público de alta vulnerabilidade.

DISSEMINAÇÃO

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto, e disseminar metodologia e achados encontrados ao longo dos três anos de projeto, produzimos uma série de recomendações sobre os temas: produção e monitoramento de dados; acesso à escola; escolas e ambiente escolar, e segurança pública.

PRODUÇÃO E MONITORAMENTO DE DADOS

- Sistema integrado das políticas sociais – incentivo à utilização do CPF como código único de identificação,
- Alimentação permanente do sistema integrado com informações atualizadas sobre crianças e famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas)
- Criação de protocolo rigoroso e consistente para preenchimento e coleta de dados,
- Definição de um fluxo permanente com responsáveis (escolas / CREs) sobre alunos infrequentes (incentivo ao controle diário da frequência dos alunos).
- Melhor aproveitamento da informação de cadastro das crianças que já passaram pela escola de forma a desburocratizar seu retorno para a escola. A exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula, por exemplo, é desnecessária

uma vez que o histórico da criança fica todo no sistema de gestão acadêmica (para os casos de criança que já passou pela rede), mas muitas vezes se torna um impeditivo a sua matrícula.

- Monitoramento mais fidedigno para a utilização no campo: informações provenientes da SME demoram muito a chegar (COC, por exemplo) e mesmo assim, algumas vezes não são confiáveis (vínculo escolar, endereço).
- Parceria com os órgãos públicos para atendimento de casos de subregistro. Um fluxo firmado entre essas entidades, a fim de agilizar o processo de erradicação de subregistro.

ACESSO À ESCOLA

- Ampliação e qualificação da oferta de pontos de apoio à matrícula digital, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia de profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequados às famílias. Atualmente, o número de pólos em funcionamento é reduzido face à demanda. Além disso, nem sempre há profissionais disponíveis para orientar as famílias sobre como fazer a inscrição para a matrícula. Há, ainda, problemas relacionados aos horários de funcionamento, pois nem sempre funcionam de acordo conforme divulgado oficialmente.
- Estabelecer parceria com instituições locais (associações de moradores, igrejas e equipamentos públicos) e programar o atendimento para cada dia da semana, em áreas distintas, sendo divulgados por meios de faixas, cartazes e panfletos, além da propagação da rede local;
- Campanha permanente pela causa da criança fora da escola: ampla mobilização nos territórios e na cidade por meio de diversos recursos já disponíveis: transportes, equipamentos públicos, centros culturais, redes sociais de instituições, mídias comunitárias, etc. É fundamental que as diversas organizações, públicas e privadas, tenham elementos para identificar e orientar casos de crianças fora da escola. Nesse sentido, seria válido atribuir a essa demanda a necessidade de notificação ao órgão competente (no caso, a CRE correspondente ao endereço), tal como já deve ser feito em outros casos de

Disseminação

violações do direito da criança e do adolescente (violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil, etc.);

- A comunicação (cartazes, folhetos, folders, panfletagem, carro de som) deve ser executada de forma planejada e previamente para maior eficácia dos resultados.
- Materiais de divulgação com linguagem acessível para as famílias e que tragam informações úteis a respeito dos caminhos para efetivação da matrícula, em qualquer período do ano. É importante que esse material esclareça os direitos das famílias quanto à documentação necessária, direitos da criança com deficiência ou necessidades especiais, gravidez, transporte, projetos de correção de fluxo, etc;
- Protocolo interno da secretaria de educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças sem documentação - Falta de documentação (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade, etc.);
- Definir estratégias para situações que dificultam o acesso das crianças à escola como escolas distantes da residência, escolas em áreas de risco, expulsão de estudantes "problema", estudantes em situação de medida sócio educativa, vagas para irmãos na mesma escola, etc;

ESCOLAS

- Escolas devem conhecer os dados e o perfil dos estudantes, suas famílias e territórios em profundidade – ações de estudo de perfil e dados sócio territoriais,
- Escolas devem construir o PPP de forma participativa, dialogando com as demandas e necessidades de desenvolvimento / aprendizagem dos estudantes;
- Definir estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças em risco de evasão – promoção a permanência;
- Monitorar via listas de infrequência e abandono a situação de frequência das crianças - professores e gestores;
- Compromisso da escola com abandono "zero";

Sustentabilidade

- Estímulo à organização dos estudantes / protagonismo juvenil para a prevenção à evasão escolar e promoção de melhorias no ambiente escolar e relações interpessoais;

SEGURANÇA PÚBLICA

- Trabalhar o tema com escolas e famílias: perspectiva da segurança pública como um direito;
- Articulação da gestão municipal com a secretaria de segurança pública do estado para tratar da relação direta entre educação e segurança;
- Fomentar a participação dos agentes de segurança pública e da justiça nos fóruns de articulação da temática de crianças fora da escola e proteção social.

SUSTENTABILIDADE



1. **Transição e legado:** formação e apoio ao município para que este ciclo seja permanente.
2. **Transferência:** entrega da tecnologia social e do sistema de Monitoramento e Avaliação.

O projeto Aluno Presente participou no Planejamento estratégico do Município do Rio de Janeiro.

Como Compartilhar essa Tecnologia com outros Territórios?

- Três publicações: guia para gestores públicos, narrativas do Aluno Presente e sistematização da experiência.
- 1 filme institucional e 1 webserie com os principais personagens do projeto – parceria com o Catraca Livre.
- Curso de formação em intersectorialidade para agentes públicos da cidade do Rio de Janeiro.
- Seminário Internacional Aluno Presente.
- Formação de uma rede de instituições da sociedade civil para controle social do fenômeno criança fora da escola no município do Rio de Janeiro.

SOBRE A CIDADE ESCOLA APRENDIZ

www.cidadeescolaaprendiz.org.br

A Cidade Escola Aprendiz é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que há 19 anos desenvolve iniciativas com o compromisso de contribuir para que todos os cidadãos brasileiros, em especial nossas crianças e jovens, tenham acesso a oportunidades de aprendizagem, expressão e participação ativa na sociedade em condições de igualdade e ao longo de toda a vida.

Atualmente a organização estrutura-se em projetos com atuação em diversas regiões do país, pesquisando e compartilhando experiências nacionais e internacionais, apoiando a articulação de redes e movimentos pela educação e direitos humanos, produzindo e divulgando conteúdos de referência, metodologias e instrumentais, realizando formações para educadores e lideranças sociais, e contribuindo na modelagem e implementação de políticas públicas de educação, cidades educadoras e direitos humanos.

A Cidade Escola Aprendiz hoje é responsável pelo desenvolvimento dos programas Aluno Presente, Centro de Referências em Educação Integral, Cidades Educadoras e projetos de Comunicação para o Desenvolvimento.

A Cidade Escola Aprendiz é responsável pelo desenvolvimento dos programas Aluno Presente (www.alunopresente.org.br), Centro de Referências em Educação Integral (www.educacaointegral.org.br), Cidades Educadoras (www.cidadeseducadoras.org.br) e projetos de Comunicação para o Desenvolvimento.